

# Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

## COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E TOMADA DE CONTAS

**PARECER Nº 7/2024**

**OBJETO:** Projeto de Lei Ordinária nº 6/2024, de 5 de fevereiro de 2024, que “Altera a redação da ementa e do caput do art. 1º da Lei Municipal nº 3.214, de 30 de dezembro de 2002.”

**AUTORIA:** Prefeito Edson Teixeira Filho.

### I – RELATÓRIO

Vem a este relator, para parecer, o projeto em epígrafe, com base nos incisos do artigo 42 do Regimento Interno da Casa, que traz:

**Art. 42. Compete a Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas, manifestar-se dentre outros, sobre os seguintes assuntos:**

**I - plano plurianual de investimentos;**

**II - diretrizes orçamentárias;**

**III - orçamento anual;**

**IV - crédito adicional;**

**V - contas públicas;**

**VI - prestação de Contas;**

**VII - planos e programas municipais;**

**VIII - acompanhamento dos custos das obras e serviços;**

**IX - fiscalização de investimentos;**

**X - tributos em geral;**

**XI - repercussão financeira das proposições;**

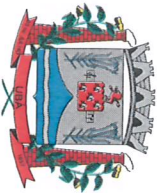
**XII - matérias relativas a fiscalização no controle dos atos da administração pública municipal, bem como o acompanhamento e a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial das unidades administrativas da Prefeitura e da Administração indireta;**

**XIII - patrimônio público municipal;**

**XIV - alienação de bens públicos;**

**XV - patrimônio histórico, artístico, cultural e natural;**

**XVI - realizar relatório inicial do julgamento de contas do Prefeito.**



# Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

## II – FUNDAMENTAÇÃO

O projeto de lei, segundo a justificativa, visa adequar a lei municipal 3.214/2002 ao novo comando da Constituição Federal, dado pela Emenda Constitucional nº 132, de 20 de dezembro de 2023, alterando a redação do art. 149-A.


A alteração trazida pela Emenda acrescentou ao art.149-A da CF/88 que “Os Municípios e o Distrito Federal poderão instituir contribuição, na forma das respectivas leis, para o custeio, a *expansão e a melhoria do serviço de iluminação pública e de sistemas de monitoramento para segurança e preservação de logradouros públicos*, observado o disposto no art.150, I e III.” Portanto, para adequar o ordenamento municipal a letra da constituição, o projeto propõe alteração na ementa e no caput da lei 3.214, acrescentando outras formas de gasto da arrecadação.

A mensagem 004/2024 traz que a proposição não está criando ou aumentando a contribuição do custeio da iluminação pública, mas apenas ampliando os tipos de despesas que o município poderá aplicar o produto, seja na expansão ou na melhoria do serviço de iluminação pública e de sistemas de monitoramento para segurança e preservação de logradouros públicos, com a arrecadação do tributo.

## III – CONCLUSÃO

Pelas razões expostas, opino pela aprovação do Projeto de Lei nº 6/2024.

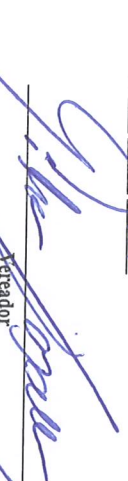

Ubá, 28 de fevereiro de 2024.

  
Vereador José Carlos Reis Pereira  
Relator

### MANIFESTAÇÃO DO(A) RELATOR(A):

☒ Aprovado ☐ Rejeitado

Por: todos  
Em: 28/02/24

  
Vereador  
  
Presidente da CFOTC